

**Requerimento de Informação nº                      , de 2009**  
**(Do Sr. Ronaldo Caiado)**

*Solicita informações à Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Vana Roussef, sobre a comitiva que embarcou para Copenhague para participar da 15ª Conferência do Clima das Nações Unidas (ONU) – a COP-15.*

**Sr. Presidente,**

Com fundamento no art. 50 do § 2º da Constituição Federal de 1988, bem como no inciso I do artigo 115 c/c art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado à Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil o seguinte requerimento de informações:

1. Quantos foram os integrantes da delegação oficial do Brasil que embarcou para Copenhague, na Dinamarca, para participar da 15ª Conferência do Clima das Nações Unidas (ONU) – a COP-15?
2. Qual o nome completo, bem como a respectiva qualificação profissional, de todos os integrantes da delegação oficial do

Brasil que embarcou para Copenhague, na Dinamarca, para participar da 15ª Conferência do Clima das Nações Unidas (ONU)?

3. Quais os hotéis onde se hospedaram os membros da delegação brasileira?
4. Todos os integrantes tiveram estadia e alimentação integralmente pagas pelo Governo brasileiro? Em caso negativo, quais deles tiveram estadia e alimentação pagas pelo Governo brasileiro?
5. Como se deu o deslocamento da delegação brasileira?
6. Qual o total das despesas decorrentes da viagem em comento?

### **JUSTIFICATIVA**

Segundo matérias jornalísticas recentemente veiculadas, o Governo Federal enviou à 15ª Conferência do Clima das Nações Unidas (a COP-15), que está sendo realizada na cidade de Copenhague, uma comitiva com mais de 600 (seiscentos) integrantes, embora não haja informações detalhadas a respeito da lista completa dos componentes da delegação, bem como sobre o total das despesas realizadas.

Conquanto não se possa desdenhar da importância da Conferência em tela para o estabelecimento das metas climáticas a serem observadas nos próximos anos (e não é isso que está aqui em jogo, destaque-se), é mister investigar se, de um modo ou de outro, houve malversação do patrimônio público quando da formação da delegação oficial brasileira. Ou seja, mostra-se necessário inquirir se, eventualmente, o Governo Federal agiu com alguma prodigalidade com o patrimônio público.

Nesse contexto, a obtenção dos dados acima solicitados se mostra absolutamente imprescindível para que o Congresso Nacional continue exercendo a sua típica função de fiscalizar as ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 2009.

**Deputado RONALDO CAIADO**

**Líder do DEM**